

Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia

ANTÓNIO MARQUES DE FARIA

R E S U M O

Retomaremos neste texto a questão da cronologia da atribuição dos estatutos jurídico-administrativos a *Pax Iulia*, *Felicitas Iulia Olisipo* e *Liberalitas Iulia Eborac*, cidades cujas titulaturas, num evidente prenúncio do culto imperial, associavam as Virtudes quer ao divino César, quer a Octaviano, uma vez que, a despeito de esta última associação não ter sido explicitamente assumida, ambos pertenciam à mesma *gens*.

A B S T R A C T

We take up again in this text the question of the chronology of the grants of privileged status to *Pax Iulia*, *Felicitas Iulia Olisipo* and *Liberalitas Iulia Eborac*, cities whose titles, in an evident anticipation of the imperial cult, associated the Virtues to the divine Caesar as well as to Octavian, since, in spite of this latter association not having been explicitly assumed, both belonged to the same *gens*.

A atribuição a três cidades do Ocidente hispânico das titulaturas *Pax Iulia*, *Felicitas Iulia* e *Liberalitas Iulia* durante a segunda metade do século I a.C. deve, do nosso ponto de vista, ser enquadrada num contexto mais vasto, em que designações afins — *Claritas Iulia*, *Concordia Iulia*, *Constantia Iulia*, *Valentia Iulia*, *Virtus Iulia* — foram outorgadas a outras cidades da *Hispania Ulterior*, bem como a três colónias fundadas entre 31 e 27 a.C. no norte de África (Galsterer-Kröll, 1975, p. 121-122; Coltelloni-Trannoy, 1997, p. 123-124, 131-132; Laporte, 2000, p. 562-563). É também para nós evidente que a concessão daqueles *cognomina*, sempre acompanhada de estatutos jurídico-administrativos privilegiados, constitui uma das materializações do ideário político traçado por Octaviano enquanto único e verdadeiro depositário da herança de Júlio César, entretanto divinizado. Efectivamente, aquela nomenclatura enaltece não só as qualidades do ditador perpétuo mas também, e sobretudo, as do seu herdeiro, que, por adopção, passou a pertencer à mesma *gens*.

Valerá a pena recordar que, de todas as qualidades associadas a Octaviano recolhidas na toponímia hispano-romana, apenas a *Virtus* e a *Pietas* viriam a integrar o chamado *clipeus uirtutis*, oferecido a Augusto em 27 a.C. (Zanker, 1988, p. 92-96).

Na sequência de outros trabalhos nossos, tentaremos adiante demonstrar que só depois das derrotas de Marco António, primeiro em *Actium* e depois em Alexandria, estavam reunidas as condições que permitiram a sistemática associação entre a atribuição de estatutos privilegiados a diversas comunidades urbanas e a concessão de titulaturas que propagandeavam à escala do Império a grandeza de carácter de quem era, cada vez mais, o único detentor da *auctoritas*, Octaviano, que, durante mais de uma década, tomou o nome de *Imp. Caesar Diui filius* (Simpson, 1998).

As únicas cidades mais tarde pertencentes à província da Lusitânia cujas titulaturas veiculavam a associação de *uirtutes* a César Octaviano foram *Pax Iulia*, *Felicitas Iulia Olisipo* e *Liberalitas Iulia Eborae*. Talvez seja mera coincidência o facto de às três terem sido atribuídos estatutos distintos, respectivamente o de colónia, de município e de *oppidum* de direito latino.

Analisemos agora, com algum pormenor, por ordem de importância dos estatutos considerados, cada uma das cidades, conferindo especial relevo à caracterização e fixação do contexto em que as mesmas foram beneficiadas tanto em termos jurídicos como onomásticos.

A fundação de *Pax Iulia* terá ocorrido entre 31 e 27 a.C. (Faria, 1986, 1989a, 1995a, p. 90-91, 1997), num período caracterizado por numerosas *deductiones* realizadas por Octaviano na sequência da vitória de *Actium* (Keppie, 1983, p. 73-82). Assentámos esta nossa teoria, anteriormente proposta com menos argumentos por Vittinghoff (1952, p. 109, n. 4) e Galsterer-Kröll (1975, p. 122 e n. 11), essencialmente em três premissas: a) a designação da colónia, integrável no contexto ideológico subsequente à batalha de *Actium*, além do mais, com dois paralelos atribuíveis precisamente à mesma conjuntura; b) a adscrição dos respectivos cidadãos à tribo *Galeria*; c) a provável cronologia — 31-27 a.C. — das respectivas emissões monetárias, cunhadas logo a seguir à *deductio* e, decerto, comemorativas da mesma. Não obstante, na opinião de María del Mar Llorens (2000, p. 116), *Pax Iulia* não só cunhou apenas uma emissão de asses como o fez já depois de se ter tornado capital de *conuentus*.

Quer a referência de Estrabão a *Pax Augusta* (3.2.15) (Vittinghoff, 1952, p. 109, n. 4; Faria, 1989a, p. 105, 1995a, p. 90-91, 1997, p. 173-174), que pode não ser mais do que um natural lapso do geógrafo de Amasia (v. *infra*), quer a posse do *ius Italicum* por parte da colónia em análise (Henderson, 1942, p. 13, n. 1; Vittinghoff, 1952, p. 109, n. 4; Galsterer, 1988, p. 66) não contradizem de modo nenhum esta mesma cronologia, que, nos últimos anos, foi igualmente advogada ou adoptada por Castillo (1988, p. 232, 235, 236, 238 = 1997, p. 482-483, 487), Fabião (1992, p. 237), Alarcão (1993, p. 213), Ribeiro (1994, p. 76), Stylow (1995, p. 113, n. 71, 114), Maia e Maia (1996, p. 76) e Pérez Centeno (1999, p. 306). Outros investigadores que perfilharam idêntica datação entenderam, contudo, que *Pax Iulia* foi criada como cidade de direito latino (Mantas, 1996a, p. 52; Lopes, 1996, p. 71, n. 1, 1997, p. 163, n. 24). Abramos aqui um parêntese para referir que Pérez Vilatela (2000a, p. 173, n. 2390, 188) contempla a existência de duas cidades lusitanas denominadas *Pax Iulia* e *Pax Augusta*, atribuindo tal postulado a Sebastián Mariner, o único investigador que redigiu um artigo especificamente destinado a desmontar aquela tese (Mariner, 1973). De resto, tão-pouco nos parece plausível que *Pax Iulia* tenha alguma vez dado pelo nome de *Pax Augusta*, sendo praticamente certo que esta designação não passa de um erro cometido por Estrabão (Alarcão e Etienne, 1976, p. 173, n. 19, Mantas, 1987, p. 23; Faria, 1989a, p. 105, 1995a, p. 90-91, 1997, p. 173-174; Richardson, 1996, p. 54; *contra*, García y Bellido, 1958, p. 20-21; Lasserre, 1966, p. 193; Sayas, 1989, p. 50; Alarcão, 1990a, p. 45; Sillières, 1992-1993, p. 97-98; Le Roux, 1996, p. 245, n. 29; Mantas, 1996a, p. 49, 1996b, p. 353).

A posição que tomámos sobre este assunto está longe de ser consensual, havendo ainda quem sustente ter sido César ou Augusto (após 27 a.C.) o *deductor* de *Pax Iulia*. Aos defensores de uma fundação de César que foram arrolados por Wiegels (1985, p. 85, n. 6) — entre os quais, contra o entendimento de Rosa Mentxaca (1983, p. 35, n. 126), se encontrava Galsterer (1971, p. 52, n. 9, 69, n.º 16) — devem juntar-se os seguintes: Castelo-Branco (1968, p. 322), Weinstock (1971, p. 269), Encarnação (*IRCP*, p. 846), Mantas (1987, p. 28), De Francisco (1989, p. 163), Richardson (1996, p. 54), Saquete (1997, p. 78), Nony (1998, p. 116-117), Ramage (1998, p. 440, n. 37, p. 441, n. 38), Pérez Vilatela (2000a, p. 188, 2000b, p. 80), Salinas e Rodríguez Cortés (2000, p. 20) e MacMullen (2000, p. 52). Não sabemos se a esta lista deveremos associar o nome de Jacinto Guerreiro, que recentemente não hesitou em escrever o seguinte (Guerreiro, 2000, p. 183): “A actual Beja tinha como nome romano Pax Iulia, nome dado por Júlio César ao local onde terá vencido os Lusitanos”. Também García y Bellido (1958, p. 20), Lasserre (1966, p. 193) e Canto (1989, p. 159, 1990, p. 290, 296, 1995, p. 172, 1997, p. 268 e n. 41) consideraram ter *Pax Iulia* sido fundada por César, mas apenas como acampamento, só alcançando a condição colonial com Augusto. Outros ainda, e, de novo, García y Bellido (1958, p. 21), em vez de um acampamento, viram na suposta criação cesariana uma cidade de direito latino (Grant, 1969², p. 473; Tovar, 1976, p. 211). Posição diversa foi a que assumiram Fears (1981, p. 884, n. 266), Galsterer (1988, p. 66), Abascal e Espinosa (1989, p. 65), Mentxaca (1993, p. 35), Moret (1995, p. 549, 1999, p. 80), Maia e Maia (1996, p. 76), Mantas (1998a, p. 41), González (1998, p. 49) e Garcés (1999, p. 109), que, já depois da publicação da síntese de Wiegels, se manifestaram a favor de uma fundação colonial augustana (após 27 a.C.), sem, no entanto, preconizarem uma putativa ligação de Júlio César a *Pax Iulia*.

As dúvidas que pode suscitar a identificação da figura feminina que acompanha a legenda toponímica PAX IVL(*ia*) nos reversos de uma das emissões de asses batidas nesta cidade não têm qualquer justificação, sendo para nós evidente que se trata da personificação da *Pax* (Faria, 1989a, p. 106 e n. 14), e não da *Felicitas*, eventualidade encarada por Ripollès (*RPC I*, p. 74, 1998a, p. 28, 1998b, p. 340); afigura-se ainda menos plausível a sua identificação com uma divindade local (*contra*, Gomis, 1998, p. 48; Ramage, 1998, p. 465). Michael Grant, além de não se ter dado conta da referência pliniana a *Pax Iulia* (Grant, 1969², p. 473, n. 8), julgou ver no tipo em análise a representação de Mercúrio. É certo que a *Pax* não ostenta nesta ocasião aquele que é o seu mais importante atributo, o ramo de oliveira, mas o mesmo sucede noutras representações desta abstracção (v., por exemplo, Simon, 1994a, p. 207, n.º 11, 1994b, p. 135, Fig. 11). Cremos que, neste como noutros casos, a mensagem inequívoca transmitida pela legenda monetária sobreleva todas as interpretações que a figura ilustrada possa eventualmente induzir.

Passando à análise de *Felicitas Iulia Olisipo*, a hipótese de esta cidade portuária ter sido um *oppidum ciuium Romanorum* antes de passar a *municipium (ciuium Romanorum)* não possui grande consistência (*contra*, Mantas, 1990, p. 161, n. 56, 1994, p. 70-71, 1996b, p. 353-354; Ribeiro, 1994, p. 76-77), já que a expressão “*oppidum ciuium Romanorum*”, empregue amiúde por Plínio sem grande rigor jurídico, corresponde, noutro tipo de documentação, designadamente nas emissões monetárias, ao termo técnico “*municipium*” (García Fernández, 1991, p. 35-36; Faria, 1992, p. 35, 1993a, p. 143, 1995a, p. 91-93, Fear, 1996, p. 109-110; v., no mesmo sentido, Beltrán, 1999, p. 251-253, 263-265, e Andreu, 2001a, p. 259-260, n. 50, 2001b, p. 243, n. 17, que omitem a bibliografia supracitada; *contra*, Tarpin, 1999, p. 296). Assim, as emissões monetárias de *Gades* (*RPC I* 77-84), *Saguntum* (*RPC I* 200), *Ilercaunia-Dertosa* (*RPC I* 205-206), *Ilerda* (*RPC I* 259-260), *Emporiae* (*RPC I* 234), *Osca* (*RPC I* 282) e *Calagurris* (*RPC I* 433-438), indubitavelmente cunhadas em data anterior a 12 a.C., comprovam nas respectivas legendas a condição municipal destas cidades, qualificadas por Plínio como *oppida ciuium Romanorum* (Faria, 1995a, p. 91).

Continuamos, por conseguinte, convencidos de que à cidade em apreço foi atribuído o estatuto municipal — e, com ele, os *cognomenta Felicitas Iulia* — entre 31 e 27 a.C., tal como vimos *supra*, no mesmo contexto político em que foi fundada a *colonia Pax Iulia* e atribuído o direito latino a *Ebora*, acompanhado, neste caso, da concessão dos *cognomenta Liberalitas Iulia* (Galsterer-Kröll, 1975, p. 121-123; Faria, 1989a, p. 104, 1993b, p. 134, 1995a, p. 93-95; Arruda, 1993, p. 208; Ribeiro, 1994, p. 76).

Não tem sido este o entendimento de Vasco Mantas, que, dois anos depois de ter defendido que a promoção de *Olisipo* a município de cidadãos romanos terá ocorrido entre 19 e 13 a.C. (Mantas, 1996b, p. 353-354), passou a situar o mesmo acontecimento “em data ainda não definida com precisão”, mas entre 44 a.C. e 14 d.C. (Mantas, 1998b, p. 222). No ano seguinte, o referido investigador voltou a manifestar-se sobre o assunto, mas fê-lo de uma forma que constitui, na nossa perspectiva, uma autêntica aporia. Com efeito, segundo o Professor Mantas, a municipalização de *Olisipo* foi “com toda a probabilidade uma iniciativa de Augusto, concluindo um processo iniciado anteriormente” (Mantas, 1999, p. 22).

Javier Andreu (2001a, p. 260, n. 51, 2001b, p. 243, n. 18) apoiou-se em Galsterer (1971, p. 213 [sic]) e em Mantas (1990, p. 162 [sic]) para afirmar que “las recientes investigaciones permiten suponer que el estatuto municipal de *Olisipo* fue concesión augústea” (Andreu, 2001a, p. 259-260, 2001b, p. 243). É óbvio que, pelos motivos expendidos noutra ocasião (Faria, 1999, p. 36-37), nem Mantas nem Andreu leram Galsterer; terá Andreu ao menos lido Mantas?

Pérez Centeno (1999, p. 294-295 e n. 2125) achou por bem basear-se em Plínio-o-Velho (*nat.* 4. 117) para datar da época de Augusto a atribuição do estatuto municipal a *Olisipo*, não podendo uma tal interpretação deixar de ser considerada abusiva, já que Plínio não se refere ao tema em causa.

Sem se pronunciar sobre a cronologia da atribuição da titulação latina a *Olisipo* — argumento que é, na nossa perspectiva, decisivo —, Jorge de Alarcão, entre 1988 e 1995, sempre fundado no argumento da adscrição dos municípios olisiponenses à tribo *Galeria*, atribuiu a concessão da categoria municipal a esta cidade sucessivamente a César ou a Augusto (Alarcão, 1988, p. 48, 1990a, p. 44-45, 1990b, p. 365), a Augusto (Alarcão, 1993, p. 210), a César ou a Octaviano (antes de 27 a.C.) (Alarcão, 1994, p. 58) e, por fim, com reservas, a César (*TIR*, J-29, p. 118).

Se estes autores, além dos que foram citados por Cardim Ribeiro (1994, p. 76), admitiram a possibilidade de *Olisipo* ter recebido o estatuto municipal após a morte de César, outros não duvidaram de que foi este quem concedeu semelhante privilégio. No excelente artigo que acabámos de mencionar, José Cardim Ribeiro (1994, p. 76), ele próprio em tempos partidário de uma tal opção, procedeu a uma útil recolha dos nomes de muitos deles, aos quais podemos agora acrescentar os seguintes: Lambrino (1965a, p. 199), Fears (1981, p. 884), De Francisco (1989, p. 74), Fabião (1992, p. 231), Mentxaca (1993, p. 31) (afirmando inopinadamente que *Olisipo* foi município de direito latino), Etienne (1990, p. 221, 1997, p. 188), Almeida (1996-1997, p. 101), Zanzarri (1997, p. 17), Olivares (1998, p. 151), Nony (1998, p. 117), Fernandes (1998, p. 76-77), Santos (1998, p. 20), Garcés (1999, p. 109), Roddaz (2000, p. 271), Rodríguez Cortés e Salinas (2000, p. 246), MacMullen (2000, p. 52), Salinas e Rodríguez Cortés (2000, p. 20) e Pérez Vilatela (2000a). Este investigador qualifica *Olisipo* quer como “municipio de derecho romano” (Pérez Vilatela, 2000a, p. 187) quer como “*oppidum* de derecho latino antiguo” (Pérez Vilatela, 2000a, p. 174).

No entanto, mais importante do que nomear autores é discutir as razões que os induziram a tomar o partido de César nesta questão polémica. A verdade é que foram muito poucos os que tentaram justificar a postura assumida, recorrendo aqueles que assim procederam a argumen-

tos cuja fragilidade nos parece evidente. Repare-se, por exemplo, que Vittinghoff (1952, p. 78), ao decidir-se, embora com alguma hesitação, por identificar César como o autor da promoção municipal de *Olisipo*, não se pronunciou sobre a questão da tribo a que se encontravam adscritos os respectivos cidadãos, e, sobretudo, não se preocupou em situar numa mesma conjuntura a atribuição dos *cognomenta Liberalitas Iulia, Felicitas Iulia e Pax Iulia* a três cidades privilegiadas do Ocidente hispânico. De resto, a argumentação de que ele fez uso (Vittinghoff, 1952, p. 78, n. 2) podia igualmente servir os intentos de quem sustenta ter sido Octaviano o criador do município olisiponense. Assim, nenhuma cronologia fiável pode ser inferida da aproximação entre “*Felicitas*” e “*Felix*”, adjectivo constante da designação de diversas colónias romanas – Vittinghoff esqueceu-se de mencionar *Beneuentum* (Keppie, 1983, p. 155), *Capua* (Keppie, 1983, p. 145) e *Suessa* (Keppie, 1983, p. 143; Gizzi, 1994, p. 172-173) –, quase todas fundadas por Octaviano/Augusto. Outros mostraram-se convictos de que *Olisipo* foi um município criado por César apenas baseados na inclusão na nomenclatura desta cidade do título *Iulia*, argumento que, na nossa óptica, é manifestamente insuficiente.

Tratemos, por fim, do caso de *Liberalitas Iulia Ebora*, cidade que, além de continuar a ser designada por *Ebora Liberalitas Iulia* (Etienne, 1996, p. 160; Teichner, 1998, p. 20; Alarcão, 1999, p. 74; Mierse, 1999, p. 99, 102; Pérez Vilatela, 2000a, p. 187; Sarantopoulos, 2000, p. 281, 282), já foi confundida com *Ebora Cerealis* (Lambrino, 1965b, p. 3), tendo, não há muito, sido considerada colónia (García-Bellido, 1998, p. 187; Arribas, 1999, p. 432). *Ebora* deverá ter passado do estatuto de *oppidum Latii antiqui/weteris Latii* (Plin. nat. 4.117), que lhe terá sido atribuído por Octaviano entre 31 e 27 a.C. (Faria, 1989b, p. 64; Mierse, 1990, p. 314, 1999, p. 101-102), a *municipium*, categoria provavelmente concedida em 12 a.C. (Faria, 1995a, p. 95, 1997, p. 181-182), não permitindo a cronologia da fonte pliniana que tal estatuto já vigorasse antes de 27 a.C. (*contra*, Galsterer, 1971, p. 68, n.º 7; IRCP, p. 846; De Francisco, 1989, p. 74; Gorges, 1990, p. 95; Etienne, 1990, p. 221, 223, 1996, p. 160, 1997, p. 188; García Fernández, 1991, p. 37; TIR, J-29, p. 76; Mayer e Rodà, 1998, p. 244; Teichner, 1998, p. 20 e n. 12; Schattner, 1998a, p. 163, n.º 239; Delgado, 1999, p. 443, 2000, p. 124; MacMullen, 2000, p. 52) ou mesmo entre 15 e 13 a.C. (*contra*, Faria, 1989b, p. 64). Dada a provável simultaneidade das promoções jurídico-administrativas de *Pax Iulia, Felicitas Iulia Olisipo e Liberalitas Iulia Ebora*, não é fácil admitir que esta última cidade já gozasse do *ius Latii* antes da morte de César (*contra*, Marín, 1988, p. 218; Alarcão, 1990c, p. 23; Fabião, 1992, p. 231).

Nenhum documento testemunha a existência na Hispânia de diferentes tipos de municípios, designadamente romanos e latinos, antes dos Flávios (Le Roux, 1986, p. 334-335 e n. 45), pelo que não se afigura legítima a identificação dos *oppida Latina* plinianos, entre os quais se conta *Liberalitas Iulia Ebora*, com os *municipia* atestados nas fontes numismáticas ou epigráficas, sendo tais fontes decerto posteriores a 12 a.C., *terminus ante quem* da documentação usada por Plínio (Faria, 1992, p. 34-35, 1993a, p. 143, 1995a, p. 93-96, 1997, p. 181-182). Efectivamente, todos os testemunhos numismáticos que atestam o estatuto municipal de cinco daqueles *oppida Latina* – *Cascantum* (RPC I 425-428), *Graccuris* (RPC I 429-430), *Ercauica* (RPC I 459-461) e *Oscierda* (RPC I 468-469), além de *Ebora* (RPC I 51) – são posteriores a 12 a.C. (Faria, 1995a, p. 94; *contra*, entre muitos outros, Beltrán, 1999, p. 249, 261, n. 42, 266; Alföldy, 1999, p. 471, 473, 483, n. 27; García Fernández, 2000, p. 575 e n. 3). A esta mesma conclusão parece ter chegado M.^a A. Marín (1988, p. 217-218), ao referir-se somente a cidades ou *oppida* de direito latino; esta autora, no entanto, evitou pronunciar-se sobre a aparente contradição entre Plínio e a documentação epigráfica ou numismática.

É perfeitamente plausível o relacionamento das cunhagens de *Ebora* quer com a comemoração do pontificado máximo de Augusto (Grant, 1969², p. 337; RPC I, p. 74) quer com a obten-

ção do estatuto municipal (Faria, 1995b, p. 148; *contra*, Bruun, 1999, p. 23). Este último nexos deverá residir na circunstância de todas as cidades-cecas peninsulares emissoras de moeda *permissu Caesaris Augusti* terem sido colónias ou municípios (*RPC I*, p. 2), afigurando-se igualmente verosímil que as restantes cidades-cecas hispânicas imperiais, à excepção de *Ebusus*, tenham beneficiado do estatuto municipal (Bost, 1999, p. 19-20). Não sendo nossa intenção colocar em causa estas ideias, deverá ser procurada uma explicação para o uso do genitivo na legenda toponímica dos reversos das moedas de *Liberalitas Iulia Ebora*, uso este que, tanto quanto sabemos, não tem paralelo nas cunhagens romanas provinciais coetâneas. A única explicação que nos ocorre para semelhante facto reside na possibilidade de a legenda do reverso consistir na continuação da legenda presente no anverso. Assim, leríamos PERM(ISSV) CAES(ARIS) AVG(VSTI) P(*arentis*) [*uel P(atroni)*] M(*unicipii*) LIBERA(LITATIS) IVL(IAE) EBOR(AE). Temos consciência das fragilidades de que padece esta nossa hipótese; não quisemos, porém, deixar de a colocar, enquanto aguardamos uma proposta mais credível tendente a esclarecer aquele inusitado fenómeno.

O caso de *Ercauica* poderá de algum modo servir para corroborar a cronologia das etapas por que passou a municipalização de *Ebora*. Assim, os prováveis protótipos iconográficos, cunhados em *Lugdunum*, dos anversos pertencentes à numária inicial do *municipium Ercauica* fornecem um *terminus post quem* de 11-10 a.C. (*RIC I*² 186-197) (Faria, 1995a, p. 94), e não de 15 a.C. (*contra*, Gomis, 1997, p. 37), se tivermos em devida consideração que a cabeça de Augusto ilustrada na numária lugdunense só a partir de 11-10 a.C. é que leva coroa de louros, adereço que adorna todas as efígies reproduzidas nas moedas ercavenses. Tudo aponta, pois, para que a supracitada cidade de direito latino tenha recebido o estatuto municipal em 9 a.C., ao mesmo tempo que *Ilunum* (Tolmo de Minateda, Hellín, Albacete) (Abad, 1996, p. 104; Abad, Gutiérrez e Sanz, 1998, p. 79).

Patrick Le Roux, que foi o primeiro a questionar a existência de *municipia Latina* hispânicos pré-flavianos (Le Roux, 1986, p. 334-335 e n. 45), ao contemplar a possibilidade de a transformação dos *oppida Latina* de *Cascantum*, *Ercauica*, *Graccuris*, *Castulo*, *Saetabis*, *Ebora*, *Salacia* e *Murtis* em *municipia* ter antecedido o reinado de Augusto (Le Roux, 1986, p. 335-336, 1990, p. 45), viu-se na contingência de atribuir a uma época demasiado recuada as fontes jurídico-administrativas atinentes à *Hispania* usadas por Plínio: “Fondamentalement, l’érudit a donc utilisé des renseignements qui reproduisaient des réalités antérieures à l’avènement d’Auguste et peut-être même de César” (Le Roux, 1986, p. 336; v. igualmente Beltrán, 1999, p. 259, n. 24, entrando em contradição com Beltrán, 1999, p. 260, n. 40). Àquele postulado não terão sido tão-pouco alheias as incidências cronológicas provocadas pela distinção operada por Le Roux entre *oppida ciuium Romanorum* e *municipia*, distinção essa que, em nosso entender, era perfeitamente dispensável, pelo menos no que toca ao território peninsular (García Fernández, 1991, p. 35-36; Faria, 1992, p. 35, 1993a, p. 143, 1995a, p. 92). Só dez anos mais tarde, porém, é que o mesmo historiador, na esteira de Chastagnol (1990, p. 359-360 = 1995, p. 81-82), veio a atribuir genericamente à época de Augusto o inventário das cidades hispânicas de que Plínio se serviu (Le Roux, 1996, p. 241, 1999, p. 237).

Não obstante tudo o que atrás ficou escrito, a incorporação de *Ebora* nos pretensos *municipia Latina* hispânicos pré-flavianos continuou, durante as últimas duas décadas, a ser contemplada em numerosos trabalhos (Desanges, 1980, p. 285, n. 3; *IRCP*, p. 846; Alarcão, 1988, p. 49, 1990d, p. 389, 390; De Francisco, 1989, p. 74; Gorges, 1990, p. 95; Etienne, 1990, p. 221, 223, 1997, p. 188; García Fernández, 1991, p. 36-37, 1996, p. 150; Cortijo, 1993, p. 116; Arruda, 1993, p. 212; Teichner, 1994, p. 336; Plana-Mallart, 1995, p. 234; *TIR*, J-29, p. 76; Correia, 1995, p. 257; Guerra, 1995, p. 103; Galsterer, 1996, p. 216; Edmondson, 1996, p. 200; Olivares, 1998, p. 151-

-152; Mayer e Rodà, 1998, p. 244; Schattner, 1998a, p. 163, n.º 239, 1998b, p. 38; Canto, 1996 [1999], p. 233; Beltrán, 1999, p. 267). Vale a pena voltar a recordar que nem *Ebora* nem qualquer outra cidade, localizada na Hispânia ou fora dela, foram qualificadas por Plínio como municípios de direito latino (Le Roux, 1986, p. 240, 1990, p. 44, n. 43; Faria, 1995a, p. 94; *contra*, Saumagne, 1965, p. 77, n. 82; Desanges, 1980, p. 285, n. 3; Wiegels, 1985, p. 77; Alföldy, 1987, p. 107, 1999, p. 473; Etienne, 1990, p. 221; *RPC I*, p. 133, 134, 140, 142; Navarro, 1998, p. 7-8; Canto, 1996 [1999], p. 233; Larrañaga, 1998-1999, p. 121, 159, n. 58; González Román, 1999, p. 214, 218; Andreu, 1999, p. 160; Cebrián, 2000, p. 48, 51, 55; Molina, 2000, p. 19; González Villaescusa, 2001, p. 195, 267, 373). Configura, por conseguinte, um verdadeiro contra-senso a recente declaração produzida a este respeito por Estela García Fernández (2000, p. 575): “Plinio no menciona para Hispania ni un solo municipio latino, salvo aquellos que pudieran hallarse detrás de la expresión *oppida Latii antiqua* y similares”.

Se *Liberalitas Iulia Ebora* foi um *oppidum Latii antiqui/ueteris Latii* (Plin. *nat.* 4.117) entre 31 e 12 a.C., não pode ter sido César quem lhe atribuiu o estatuto de município, afigurando-se ainda menos provável, atentos os testemunhos numismáticos evocados *supra*, que a municipalização de *Ebora* tenha sido da responsabilidade dos Flávios, hipótese encarada por García y Bellido (1971, p. 88), Alarcão (1983³, p. 75, 1990d, p. 390), Le Roux (1996, p. 246, 1998, p. 325-326 e n. 66), Armani (2000, p. 271, n. 4), Rodríguez Cortés e Salinas (2000, p. 245-246). Admitindo a eventualidade – a nosso ver, bastante remota – de os numismas eborenses não testemunharem a condição municipal da cidade emissora, a contramarca *D(ecreto) D(ecurionum)*, certamente aplicada às moedas desta cidade durante a primeira metade do século I d.C. (Chaves, 1979, p. 43), constituiria prova bastante de que a promoção de *Ebora* a município antecedeu o período flaviano.

Chegados ao fim deste trabalho, importará sublinhar que a nomenclatura das três cidades em questão constituiu um fiel reflexo, no lustro que precedeu o poder absoluto de Augusto, da perfeita simbiose que o herdeiro de Júlio César soube estabelecer entre o seu ideário político e os tradicionais valores religiosos em que assentava a sociedade de Roma e de todo o Império.

BIBLIOGRAFIA

- ABAD, L. (1996) - La epigrafía del Tolmo de Minateda (Hellín, Albacete) y un nuevo municipio romano del conventus Carthaginensis. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid, 69, p. 77-108.
- ABAD, L.; GUTIÉRREZ, S.; SANZ, R. (1998) - *El 'Tolmo de Minateda': una historia de tres mil quinientos años*. Toledo: Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha.
- ABASCAL, J. M.; ESPINOSA, U. (1989) - *La ciudad hispano-romana: Privilegio y poder*. Logroño: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos de La Rioja.
- ALARCÃO, J. de (1983³) - *Portugal romano*. 3.ª ed. Lisboa: Verbo (Col. “Historia Mundi”; 33).
- ALARCÃO, J. de (1988) - *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América.
- ALARCÃO, J. de (1990a) - A urbanização de Portugal nas épocas de César e de Augusto. In TRILLMICH, W.; ZANKER, P., eds. - *Stadt und Ideologie: Die Monumentalisierung hispanischer Städte zwischen Republik und Kaiserzeit. Kolloquium in Madrid vom 19. bis 23. Oktober 1987*. München: Bayerischen Akademie der Wissenschaften, p. 43-57.
- ALARCÃO, J. de (1990b) - O reordenamento territorial. In ALARCÃO, J. de, ed. - *Nova História de Portugal I: Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Presença, p. 352-382.
- ALARCÃO, J. de (1990c) - Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios. In *Les villes de Lusitanie romaine: Hiérarchies et territoires. Table ronde internationale du CNRS (Talence, le 8-9 décembre 1988)*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique (Collection de la Maison des Pays Ibériques; 42), p. 21-34.

- ALARCÃO, J. de (1990d) - O Estado e o governo local. In ALARCÃO, J. de, ed. - *Nova História de Portugal I: Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Presença, p. 383-394.
- ALARCÃO, J. de (1993) - Les ciutats romanes de Portugal. In *La ciutat hispano-romana*. Madrid: Ministerio de Cultura, p. 207-223.
- ALARCÃO, J. de (1994) - Lisboa romana e visigótica. In *Lisboa subterrânea*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 58-63.
- ALARCÃO, J. de (1999) - Três notas sobre o Alentejo romano. *Al-madan*. Almada. 2.ª série, 8, p. 72-74.
- ALARCÃO, J.; ETIENNE, R. (1976) - Le Portugal à l'époque augustéenne. In *Symposion de cidade augusteas, 5-9 octubre 1976*. Zaragoza: Universidad, p. 171-187.
- ALFÖLDY, G. (1987) - *Römisches Städtewesen auf der neukastilischen Hochebene: ein Testfall für die Romanisierung*. Heidelberg: Carl Winter.
- ALFÖLDY, G. (1999) - Aspectos de la vida urbana en las ciudades de la Meseta Sur. In GONZÁLEZ, J., ed. - *Ciudades privilegiadas en el Occidente romano*. Sevilla: Universidad-Ayuntamiento, p. 467-485.
- ALMEIDA, J. M. de (1996-1997) - Os monumentos lusitano-romanos da Rua das Pedras Negras (Lisboa). *Anais - Série História*. Lisboa. 3-4, p. 99-102.
- ANDREU, J. (1999) - Las Comarcas de Borja y del Moncayo en época celtibérica. *Cuadernos de Estudios Borjanos*. Borja. 41-42, p. 113-238.
- ANDREU, J. (2001a) - La participación de las elites en la mejora urbanística y el equipamiento ornamental de sus ciudades entre Tiberio y Trajano: el ejemplo de la *Provincia Lusitania*. In CASTILLO, C.; NAVARRO, F. J.; MARTÍNEZ, R., eds. - *De Augusto a Trajano: un siglo en la historia de Hispania*. Pamplona: Universidad de Navarra, p. 239-264.
- ANDREU, J. (2001b) - *Thermae Cassiorum*: ocio y evergetismo en la *Olisipo* tardoantigua. In GARCÍA MORENO, L.; RASCÓN MARQUÉS, S., eds. - *Ocio y espectáculo en la Antigüedad Tardía: Actas del II Encuentro Hispania en la Antigüedad Tardía, Alcalá de Henares, 15 a 17 de Octubre de 1997*. Alcalá de Henares: Universidad, p. 239-253.
- ARMANI, S. (2000) - A propos d'une inscription d'Evora: l'expression de l'état civil en Lusitanie. In GORGES, J.-G.; NOGALES, T., eds. - *Sociedad y cultura en Lusitania romana: IV Mesa redonda Internacional*. Mérida: Junta de Extremadura [etc.], p. 269-280.
- ARRIBAS, R. (1999) - Los balnea privados en el ámbito rural lusitano: observaciones preliminares sobre los modelos arquitectónicos. In GORGES, J.-G.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G., eds. - *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velázquez (Coll. Casa de Velázquez; 65), p. 427-451.
- ARRUDA, A. M. (1993) - A estrutura político-administrativa. In MEDINA, J., ed. - *História de Portugal*. Vol. II. Alfragide: Ediclube, p. 205-213.
- BELTRÁN, F. (1999) - *Municipium c. R.*, "oppidum c. R." y "oppidum Latinum" en la NH de Plinio: una revisión del problema desde la perspectiva hispana. In GONZÁLEZ, J., ed. - *Ciudades privilegiadas en el Occidente romano*. Sevilla: Universidad-Ayuntamiento, p. 247-267.
- BOST, J.-P. (1999) - Routes, cités et ateliers monétaires. Quelques remarques sur les officines hispaniques entre les règnes d'Auguste et de Caligula. In CENTENO, R. M. S.; GARCÍA-BELLIDO, M.ª P.; MORA, G., eds. - *Rutas, ciudades y moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Anejos del *Archivo Español de Arqueología*; 20), p. 11-26.
- BRUUN, P. (1999) - Coins and the Roman Imperial Government. In PAUL, G. M.; IERARDI, M., eds. - *Roman Coins and Public Life under the Empire: E. Togo Salmon Papers II*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, p. 19-40.
- CANTO, A. M.ª (1989) - *Colonia Iulia Augusta Emerita*: consideraciones en torno a su fundación y territorio. *Gerión*. Madrid. 7, p. 149-205.
- CANTO, A. M.ª (1990) - Las tres fundaciones de *Augusta Emerita*. In TRILLMICH, W.; ZANKER, P., eds. - *Stadtbild und Ideologie: Die Monumentalisierung hispanischer Städte zwischen Republik und Kaiserzeit. Kolloquium in Madrid vom 19. bis 23. Oktober 1987*. München: Bayerischen Akademie der Wissenschaften, p. 289-296.
- CANTO, A. M.ª (1995) - Extremadura y la romanización. In *Arqueología en Extremadura: 10 años de descubrimientos*. Cáceres: Consejería de Cultura y Patrimonio de la Junta de Extremadura; Madrid: Universidad Autónoma de Madrid (Extremadura Arqueológica; 4), p. 151-178.
- CANTO, A. M.ª (1997) - Algo más sobre Marcelo, Corduba y las colonias romanas del año 45 a.C. *Gerión*. Madrid. 15, p. 253-281.
- CANTO, A. M.ª (1996) [1999] - *Oppida stipendiaria*: los municipios flavios en la descripción de Hispania de Plinio. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid. 23, p. 212-243.
- CASTELO-BRANCO, F. (1968) - Pax Julia. In SERRÃO, J., ed. - *Dicionário de História de Portugal*. 3: ME-SIN. Lisboa: Iniciativas Editoriais, p. 322.
- CASTILLO, C. (1988) - La tribu Galeria en Hispania: ciudades y ciudadanos. In GONZÁLEZ, J.; ARCE, J., eds. - *Estudios sobre la Tabula Siavensis: actas de las jornadas celebradas en Sevilla en 1986*. Madrid: C.S.I.C., Centro de Estudios Históricos (Anejos de *Archivo Español de Arqueología*; 9), p. 233-241.
- CASTILLO, C. (1997) - Vestigia antiquitatis: *Escritos de epigrafía y literatura romanas*. Pamplona: Universidad de Navarra.
- CEBRÍAN, R. (2000) - *Titulum fecit: la producción epigráfica romana en las tierras valencianas*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- CHASTAGNOL, A. (1990) - Considérations sur les municipes latins du premier siècle apr. J.-C. In *L'Afrique dans l'Occident romain (I^{er} siècle av. J.-C. - IV^e siècle ap. J.-C.)*. Actes du colloque organisé par l'École française de Rome sous le patronage de l'Institut national d'archéologie et d'art de Tunis (Rome, 3-5 décembre 1987). Rome: École Française de Rome, Palais Farnèse (Collection de l'École Française de Rome; 134), p. 351-365.
- CHASTAGNOL, A. (1995) - *La Gaule romaine et le droit latin*. Lyon-Paris: De Boccard.
- CHAVES, F. (1979) - Contramarcas en las amonedaciones de Colonia Patricia, Colonia Romula, Itálica, Julia Traducta y Eborac. *Acta Numismática*. Barcelona. 9, p. 41-52.

- COLTELLONI-TRANNOY, M. (1997) - *Le royaume de Maurétanie sous Juba II et Ptolémée (25 av. J.-C. - 40 ap. J.-C.)*. Paris: CNRS.
- CORREIA, V. H. (1995) - The Iron Age in south and central Portugal and the emergence of urban centres. In CUNLIFFE, B.; KEAY, S., eds. - *Social Complexity and the Development of Towns in Iberia: from the Copper Age to the Second Century AD*. Oxford: Oxford University Press (Proceedings of the British Academy; 86), p. 237-262.
- CORTIJO, M.ª L. (1993) - *La administración territorial de la Bética romana*. Córdoba: Caja Provincial de Ahorros.
- DELGADO, J. A. (1999) - *Flamines Provinciae Lusitaniae. Gerión*. Madrid. 17, p. 433-461.
- DELGADO, J. A. (2000) - Los sacerdotes de rango local de la provincia romana de Lusitania. *Conimbriga*. Coimbra. 39, p. 107-152.
- DESANGES, J., ed. (1980) - *Pline l'Ancien, Histoire Naturelle. Livre V, 1-46. 1^{ère} partie (L'Afrique du Nord)*. Paris: Les Belles Lettres.
- EDMONDSON, J. (1996) - Roman power and the emergence of provincial administration in Lusitania during the Republic. In HERMON, E., ed. - *Pouvoir et Imperium (III^e av. J.-C.-I^{er} ap. J.-C.)*. Actes du Colloque tenu dans le cadre du Congrès de la Fédération Internationale des Études Classiques (F.I.E.C.) du 24 au 26 août 1994, à l'Université Laval. Napoli: Jovene, p. 163-211.
- ETIENNE, R. (1990) - Le culte impérial, vecteur de la hiérarchisation urbaine. In *Les villes de Lusitanie romaine: Hiérarchies et territoires. Table ronde internationale du CNRS (Talence, le 8-9 décembre 1988)*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique (Collection de la Maison des Pays Ibériques; 42), p. 215-231.
- ETIENNE, R. (1996) - Du nouveau sur les débuts du culte impérial municipal dans la péninsule ibérique. In SMALL, A., ed. - *Subject and Ruler: the Cult of the Ruling Power in Classical Antiquity. Papers presented at a conference held in The University of Alberta on April 13-15, 1994, to celebrate the 65th anniversary of Duncan Fishwick*. Ann Arbor: Journal of Roman Studies (Journal of Roman Studies, Suppl. Series; 17), p. 153-163.
- ETIENNE, R. (1997) - *Jules César*. Paris: Fayard.
- FABIÃO, C. (1992) - A romanização do actual território português. In MATTOSO, J., ed. - *História de Portugal*, 1. [S.l.]: Círculo de Leitores, p.203-283.
- FARIA, A. M. de (1986) - Moedas hispano-romanas do Museu da Guarda. *Numismática*. Lisboa. 40-41, p. 13-14.
- FARIA, A. M. de (1989a) - Sobre a data da fundação de Pax Iulia. *Conimbriga*. Coimbra. 28, p. 101-109.
- FARIA, A. M. de (1989b) - Sobre a presença romana no actual território português. Apostilas ao recente livro do Prof. Jorge de Alarcão. *Conimbriga*. Coimbra. 28, p. 55-69.
- FARIA, A. M. de (1992) - Cidades e moedas hispano-romanas: anotações a *Roman Provincial Coinage I*. *Arqueologia*. Porto. 22, p. 33-37.
- FARIA, A. M. de (1993a) - [Recensão a] BURNETT, A.; AMANDRY, M.; RIPOLLÈS, P. P. (1992) - *Roman Provincial Coinage, I: From the Death of Caesar to the Death of Vitellius (44 BC-AD 69)*. London-Paris: British Museum Press - Bibliothèque Nationale. *Vipasca*. Aljustrel. 2, p. 140-146.
- FARIA, A. M. de (1993b) - [Recensão a] MARÍN DÍAZ, M. A. (1988) - *Emigración, colonización y municipalización en la Hispania republicana*. Granada: Universidad, 1988, 260 p. *Vipasca*. Aljustrel. 2, p. 131-136.
- FARIA, A. M. de (1995a) - Plínio-o-Velho e os estatutos das cidades privilegiadas hispano-romanas localizadas no actual território português. *Vipasca*. Aljustrel. 4, p. 89-99.
- FARIA, A. M. de (1995b) - Moedas da época romana cunhadas em território actualmente português. In GARCÍA-BELLIDO, M.ª P.; CENTENO, R. M. S., eds. - *La moneda hispánica: ciudad y territorio. Actas del I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua (Madrid, noviembre 1994)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Anejos del *Archivo Español de Arqueología*; 14), p. 143-153.
- FARIA, A. M. de (1997) - De novo em torno da fundação de Pax Iulia: um exercício de "controversismo". *Vipasca*. Aljustrel. 6, p. 171-185.
- FARIA, A. M. de (1999) - Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:2, p. 29-50.
- FEAR, A. T. (1996) - *Rome and Baetica: urbanization in Southern Spain c. 50 BC - AD 150*. Oxford: Clarendon Press.
- FEARS, J. R. (1981) - The Cult of Virtues and Roman Imperial Ideology. In TEMPORINI, H.; HAASE, W., eds. - *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. II. 17.2. Berlin-New York: Walter de Gruyter, p. 827-948.
- FERNANDES, L. (1998) - Incrições romanas do termo de Loures. In *Da Vida e da Morte: os Romanos em Loures*. Loures: Museu Municipal, p. 75-92.
- DE FRANCISCO, J. (1989) - *Conquista y romanización de Lusitania*. Salamanca: Universidad.
- GALSTERER, H. (1971) - *Untersuchungen zum römischen Städtewesen auf der iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter (Madrider Forschungen; 8).
- GALSTERER, H. (1988) - The Tabula Siarensis and Augustan municipalization in Baetica. In GONZÁLEZ, J.; ARCE, J., eds. - *Estudios sobre la Tabula Siarensis: actas de las jornadas celebradas en Sevilla en 1986*. Madrid: C.S.I.C., Centro de Estudios Históricos (Anejos de *Archivo Español de Arqueología*; 9), p. 61-74.
- GALSTERER, H. (1996) - Diritto latino e municipalizzazione nella Betica. In ORTIZ, E.; SANTOS, J., eds. - *Teoría y práctica del ordenamiento municipal en Hispania. Actas del Symposium de Vitoria-Gasteiz (22 a 24 de Noviembre de 1993)*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco (Revisiones de Historia Antigua; 2), p. 211-221.
- GALSTERER-KRÖLL, B. (1975) - Zu den spanischen Städtelisten des Plinius. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 48, p. 120-128.
- GARCÉS, I. (1999) - *Historia antigua de Hispania*. Barcelona: Universitat (Textos docents; 156).

- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1958) - Las colonias romanas de la Provincia *Lusitania*. *Arqueología e História*. Lisboa. 8.ª série. 8, p. 13-23.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1971) - El recinto mural romano de Évora [sic] Liberalitas Iulia. *Conimbriga*. Coimbra. 10, p. 85-92.
- GARCÍA-BELLIDO, M.ª P. (1998) - Los ámbitos de uso y la función de la moneda en la Hispania republicana. In MANGAS, J., ed. - *Italia e Hispania en la crisis de la República romana: actas del III Congreso Hispano-Italiano (Toledo, 20-24 de septiembre de 1993)*. Madrid: Universidad Complutense, p. 177-207.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, E. (1991) - El *ius Latii* y los *municipia Latina*. *Studia Historica-Historia Antiqua*. Salamanca. 9, p. 29-41.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, E. (1996) - El desarrollo de la municipalización latina: La Bética y el Noroeste. In REBORDA, S.; LÓPEZ BARJA, P., eds. - *A cidade e o mundo: romanização e cambio social (Actas do Curso de Verán da Universidade de Vigo, celebrado en Xinzo de Limia, do 3 ó 7 de xullo de 1995)*. Xinzo de Limia: Concello, p. 149-164.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, E. (2000) - Plinio y los *oppida stipendiaria*. A propósito de un artículo de Alicia M.ª Canto. *Gerión*. Madrid. 18, p. 571-591.
- GIZZI, E. (1994) - Colonia Iulia Felix Classica Suessa: storia ed urbanistica. In *La ciutat en el món romà. Actes Congrès Internacional d'Arqueologia Clàssica, Tarragona, 5-11/9/1993*. Tarragona: Institut d'Estudis Catalans, vol. 2, p. 172-174.
- GOMIS, M. (1997) - *La ceca de Ercavica*. Barcelona: Asociación Numismática Española; Madrid: Museo Casa de la Moneda.
- GOMIS, M. (1998) - Augusto: el nacimiento de un nuevo lenguaje iconográfico. In *La moneda en temps d'August. Curs d'Història Monetaria d'Hispania. (13 i 14 de novembre de 1997)*. Barcelona: Gabinet Numismàtic de Catalunya del Museu Nacional d'Art de Catalunya, p. 39-57.
- GONZÁLEZ, J. (1998) - Las fundaciones de Augusto en la Bética y la tribu Galeria. In MANGAS, J., ed. - *Italia e Hispania en la crisis de la República romana: actas del III Congreso Hispano-Italiano (Toledo, 20-24 de septiembre de 1993)*. Madrid: Universidad Complutense, p. 33-49.
- GONZÁLEZ ROMÁN, C. (1999) - Colonización y municipalización en la Oretania. In ALVAR, J., ed. - *Homenaje a José M.ª Blázquez, vol. IV*. Madrid: Ediciones Clásicas, p. 209-229.
- GONZÁLEZ VILLAESCUSA, R. (2001) - *El mundo funerario romano en el País Valenciano: monumentos funerarios y sepulturas entre los siglos I a. de C. – VII d. de C.* Madrid: Casa de Velázquez; Alicante: Instituto Alicantino de Cultura "Juan Gil-Albert".
- GORGES, J.-G. (1990) - Villes et villas de Lusitanie. In *Les villes de Lusitanie romaine: Hiérarchies et territoires. Table ronde internationale du CNRS (Talence, le 8-9 décembre 1988)*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique (Collection de la Maison des Pays Ibériques; 42), p. 91-113.
- GRANT, M. (1969²) - *From imperium to auctoritas*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GUERRA, A. (1995) - *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Colibri.
- GUERREIRO, J. S. (2000) - Beja, Diocese de. In AZEVEDO, C. M., ed. - *Dicionário de História Religiosa de Portugal: A-C*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 183-201.
- IRCP = ENCARNANÇA, J. d' (1984) - *Inscrições romanas do conventus Pacensis*. Coimbra: Universidade.
- KEPPIE, L. (1983) - *Colonisation and Veteran Settlement in Italy 47-14 B.C.* London: British School at Rome.
- HENDERSON, M. H. (1942) - Julius Caesar and Latium in Spain. *The Journal of Roman Studies*. London. 32, p. 1-13.
- LAMBRINO, S. (1965a) - Felicitas Iulia Olisipo. In SERRÃO, J., ed. - *Dicionário de História de Portugal. 2: E-MA*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, p. 199-200.
- LAMBRINO, S. (1965b) - Ebora. In SERRÃO, J., ed. - *Dicionário de História de Portugal. 2: E-MA*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, p. 3-4.
- LAPORTE, J.-P. (2000) - La *legio VIIa* et la déduction des colonies augustéennes de Césarienne. In LE BOHEC, Y.; WOLFF, C., eds. - *Les légions de Rome sous le Haut-Empire. Actes du Congrès de Lyon (17-19 septembre 1998). Tome II*. Lyon: Centre d'Études Romaines et Gallo-Romaines; Paris: De Boccard (Collection du Centre d'Études Romaines et Gallo-Romaines; 20), p. 555-579.
- LARRAÑAGA, K. (1998-1999) - Vascocantabrisimo y arqueología. *Memorias de Historia Antigua*. Oviedo. 19-20, p. 111-198.
- LASSERRE, F., ed. (1966) - *Strabon, Géographie. Tome II (Livres III et IV)*. Paris: Les Belles Lettres (Coll. des Universités de France).
- LE ROUX, P. (1986) - Municipale et droit latin en Hispania sous l'Empire. *Revue Historique de Droit Français et Étranger*. Paris. 64, p. 325-350.
- LE ROUX, P. (1990) - Les villes de statut municipal en Lusitanie romaine. In *Les villes de Lusitanie romaine: Hiérarchies et territoires. Table ronde internationale du CNRS (Talence, le 8-9 décembre 1988)*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique (Collection de la Maison des Pays Ibériques; 42), p. 35-49.
- LE ROUX, P. (1996) - Droit latin et municipalisation en Lusitanie sous l'Empire. In ORTIZ, E.; SANTOS, J., eds. - *Teoría y práctica del ordenamiento municipal en Hispania. Actas del Symposium de Vitoria-Gasteiz (22 a 24 de Noviembre de 1993)*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco (Revisión de Historia Antigua; 2), p. 239-253.
- LE ROUX, P. (1998) - Rome et le droit latin. *Revue Historique de Droit Français et Étranger*. Paris. 76:3, p. 315-341.
- LE ROUX, P. (1999) - La ville romaine en Hispanie. In *Actas da mesa redonda emergência e desenvolvimento das cidades romanas no Norte da Península Ibérica*. Porto: Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 233-250.
- LLORENS, M.ª del M. (2000) - Les emissions cíviques hispàniques com a font de coneixement de l'organització territorial durant el Principat. In *Moneda i administració del territori: IV Curs d'Història Monetària d'Hispania (23 i 24 de novembre de 2000)*. Barcelona: Museu Nacional d'Art de Catalunya, p. 109-125.

- LOPES, M. C. (1996) - O território de Pax Iulia. *Arquivo de Beja*. Beja. Série 3. 2-3, p. 63-74.
- LOPES, M. C. (1997) - L'occupation du sol dans le territoire de Pax Iulia (Beja). In ETIENNE, R.; MAYET, F., eds. - *Itinéraires lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française. Actes de la réunion tenue à Bordeaux les 7 et 8 avril 1995 à l'occasion du trentième anniversaire de la Mission Archéologique Française au Portugal*. Paris: De Boccard, p. 157-178.
- MACMULLEN, R. (2000) - *Romanization in the Time of Augustus*. New Haven ; London : Yale University Press.
- MAIA, M. G. P.; MAIA, M. (1996) - Os castella do Sul de Portugal e a mineração de prata nos primórdios do Império. In REGO, M., ed. - *Mineração no Baixo Alentejo*. Castro Verde: Câmara Municipal, p. 60-81.
- MANTAS, V. G. (1987) - As primitivas formas de povoamento urbano em Portugal. *Povos e Culturas*. Lisboa. 2, p. 13-55.
- MANTAS, V. G. (1990) - As cidades marítimas da Lusitânia. In *Les villes de Lusitanie romaine: Hiérarchies et territoires. Table ronde internationale du CNRS (Talence, le 8-9 décembre 1988)*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique (Collection de la Maison des Pays Ibériques; 42), p. 149-205.
- MANTAS, V. G. (1994) - Olisiponenses: epigrafia e sociedade na Lisboa romana. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 70-75.
- MANTAS, V. G. (1996a) - Em torno do problema da fundação e estatuto de Pax Iulia. *Arquivo de Beja*. Beja. Série 3. 2-3, p. 41-62.
- MANTAS, V. G. (1996b) - Comércio marítimo e sociedade nos portos romanos do Tejo e do Sado. In FILIPE, G.; RAPOSO, J. M. C., eds. - *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal: Câmara Municipal; Lisboa: Dom Quixote, p. 343-370.
- MANTAS, V. G. (1998a) - Colonização e aculturação no Alentejo romano. *Arquivo de Beja*. Série 3. 7-8, p. 33-61.
- MANTAS, V. G. (1998b) - Navegação, economia e relações interprovinciais. Lusitânia e Bética. *Humanitas*. Coimbra. 50, p. 199-239.
- MANTAS, V. G. (1999) - Olisipo e o Tejo. In *II Colóquio Temático "Lisboa ribeirinha": actas das sessões (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de Julho de 1997)*. Lisboa: Câmara Municipal, p. 15-41.
- MARÍN, M.ª A. (1988) - *Emigración, colonización y municipalización en la Hispania republicana*. Granada: Universidad.
- MARINER, S. (1973) - Pax Augusta: Historia de una leyenda. *Hispania Antiqua*. Valladolid. 3, p. 319-329.
- MAYER, M.; RODÀ, I. (1998) - Claudio e Hispania. In BURNAND, Y.; LE BOHEC, Y.; MARTIN, J.-P., eds. - *Claude de Lyon empereur romain. Avtes du Colloque Paris-Nancy-Lyon (Novembre 1992)*. Paris: Université de Paris-Sorbonne, p. 243-254.
- MENTXACA, R. (1993) - *El senado municipal en la Bética hispana a la luz de la lex Iritana*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco.
- MIERSE, W. E. (1990) - Augustan building programs in the western provinces. In RAAFLAUB, K. A.; TOHER, M., eds. - *Between Republic and Empire: Interpretations of Augustus and his Principate*. Berkeley-Los Angeles-London: University of California Press, p. 308-333.
- MIERSE, W. E. (1999) - *Temples and Towns in Roman Iberia: the Social and Architectural Dynamics of Sanctuary Designs from the Third Century B.C. to the Third Century A.D.* Berkeley-Los Angeles: University of California Press.
- MOLINA, F. (2000) - *Almuñécar romana*. Granada: Diputación Provincial [etc.].
- MORET, P. (1995) - Les maisons fortes de la Bétique et de la Lusitanie romaines. *Revue des Études Anciennes*. Talence. 97:3-4, p. 527-564.
- MORET, P. (1999) - Casas fuertes romanas en la Bética y la Lusitania. In GORGES, J.-G.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G., eds. - *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velázquez (Coll. Casa de Velázquez; 65), p. 55-89.
- NAVARRO, F. J. (1998) - La vía romana de Alfaró a Pamplona. In *III Congreso General de Historia de Navarra = Nafarroako Kondairaren III. Bazarre Orokorra (Pamplona, 20-23 septiembre de 1994)* [cd-rom]. Pamplona: Gobierno de Navarra, p. 1-18.
- NONY, D. (1998) - Les provinces hispaniques. In LEPELLEY, CL., ed. - *Rome et l'intégration de l'empire: 44 av. J.-C. - 260 ap. J.-C. Tome 2: Approches régionales du Haut-Empire romain*. Paris: Presses Universitaires de France, p. 113-141.
- OLIVARES, J. C. (1998) - *Conflicto político y promoción jurídica de comunidades en el Occidente romano (133 a.C. - 174 d.C.)*. Alacant: Institut de Cultura "Juan Gil-Albert".
- PÉREZ CENTENO, M.ª del R. (1999) - *Ciudad y territorio en la Hispania del siglo III d.C.* Valladolid: Universidad.
- PÉREZ VILATELA, L. (2000a) - *Lusitania: historia y etimología*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- PÉREZ VILATELA, L. (2000b) - De la Lusitania independiente a la creación de la provincia. In GORGES, J.-G.; NOGALES, T., eds. - *Sociedad y cultura en Lusitania romana: IV Mesa redonda Internacional*. Mérida: Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, p. 73-84.
- PLANA-MALLART, R. (1995) - Eborá et son territoire. In CLAVEL-LÉVÊQUE, M.; PLANA-MALLART, R., eds. - *Cité et territoire. Colloque européen (Beziers, 14-16 octobre 1994)*. Paris: Diffusion Les Belles Lettres, p. 231-242.
- RAMAGE, E. S. (1998) - Augustus' propaganda in Spain. *Klio*. Berlin. 80:2, p. 434-490.
- RIBEIRO, J. C. (1994) - *Felicitas Iulia Olisipo*: algumas considerações em torno do catálogo Lisboa Subterrânea. *Al-madan*. Almada. 2.ª série. 3, p. 75-95.
- RIC I² = SUTHERLAND, C. H. V. (1984) - *The Roman Imperial Coinage I: From 31 BC to AD 69*. London: Spink & Son.
- RICHARDSON, J. S. (1996) - Conquest and colonies in Lusitania in the Late Republic and Early Empire. In ORTIZ, E.; SANTOS, J., eds. - *Teoría y práctica del ordenamiento municipal en Hispania. Actas del Symposium de Vitoria-Gasteiz (22 a 24 de Noviembre de 1993)*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco (Revisión de Historia Antigua; 2), p. 53-61.

- RIPOLLÈS, P. P. (1998a) - Augusto: las cecas hispanas. In *La moneda en temps d'August. Curs d'Història Monetaria d'Hispania. (13 i 14 de novembre de 1997)*. Barcelona: Gabinet Numismàtic de Catalunya del Museu Nacional d'Art de Catalunya, p. 21-36.
- RIPOLLÈS, P. P. (1998b) - Las acuñaciones cívicas romanas de la Península Ibérica (44 a.C.-54 d.C.). In ALFARO, C. [et al.] - *Historia monetaria de Hispania antigua*. Madrid: Jesús Vico, p. 335-395.
- RODDAZ, J.-M. (2000) - L'empreinte de César sur la péninsule Ibérique. In URSO, G., ed. - *L'ultimo Cesare: scritti riforme progetti poteri congiure: atti del convegno internazionale, Cividale del Friuli, 16-18 settembre 1999*. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, p. 259-276.
- RODRÍGUEZ CORTÉS, J.; SALINAS, M. (2000) - Las élites femeninas en la provincia romana de Lusitania. *Studia Historica, Historia Antigua*. Salamanca. 18, p. 243-255.
- RPC I = BURNETT, A.; AMANDRY, M.; RIPOLLÈS, P. P. (1992) - *Roman Provincial Coinage, I: From the Death of Caesar to the Death of Vitellius (44 BC-AD 69)*. London: British Museum Press; Paris: Bibliothèque Nationale.
- SALINAS, M.; RODRÍGUEZ CORTÉS, J. (2000) - Substrato y romanización de las oligarquías locales de la provincia romana de Lusitania. In GORGES, J.-G.; NOGALES, T., eds. - *Sociedad y cultura en Lusitania romana: IV Mesa redonda Internacional*. Mérida: Junta de Extremadura [etc.], p. 17-33.
- SANTOS, J. (1998) - Comunidades indígenas y centros urbanos en Hispania en el proceso de conquista y organización de los territorios conquistados. In HERNÁNDEZ GUERRA, L.; SAGREDO, L., eds. - *El proceso de municipalización en la Hispania romana: contribuciones para su estudio*. Valladolid: Universidad, p. 11-38.
- SAQUETE, J. C. (1997) - *Las élites sociales de Augusta Emerita*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano-Fundación de Estudios Romanos (Cuadernos Emeritenses; 13).
- SARANTOPOULOS, P. (2000) - *Thermae de Eborā Liberalitas Iulia*. In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; GARCÍA ENTERO, V., eds. - *II Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón. Termas romanas en el Occidente del Imperio*. Gijón: vtp editorial, p. 281-282.
- SAUMAGNE, Ch. (1965) - *Le droit latin et les cités romaines sous l'Empire: essais critiques*. Paris: Sirey (Publications de l'Institut de Droit Romain de l'Université de Paris; 22).
- SAYAS, J. J. (1989) - Colonización y municipalización bajo César y Augusto : Bética y Lusitania. In *Aspectos de la colonización y municipalización de Hispania*. Mérida : Museo Nacional de Arte Romano, p. 35-69.
- SCHATTNER, T. G. (1998a) - Die Fundplätze. In SCHATTNER, T. G., ed. - *Archäologischer Wegweiser durch Portugal*. Mainz am Rhein: von Zabern, p. 57-209.
- SCHATTNER, T. G. (1998b) - Die römische Zeit. In SCHATTNER, T. G., ed. - *Archäologischer Wegweiser durch Portugal*. Mainz am Rhein: von Zabern, p. 31-41.
- SILLIÈRES, P. (1992-1993) - Les premiers établissements romains de la région de Vila de Frades (Vidigueira, Portugal). *Studia Historica. Historia Antigua*. Salamanca. 10-11, p. 89-98.
- SIMON, E. (1994a) - Pax. In *Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae*, VII, 1, Zürich-München: Artemis, p. 204-212.
- SIMON, E. (1994b) - Pax. In *Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae*, VII, 2, Zürich-München: Artemis, p. 134-138.
- SIMPSON, C. J. (1998) - Imp. Caesar Divi filius. His second imperial acclamation and the evolution of an allegedly "exorbitant" name. *Athenaeum*. Pavia. 86:2, p. 419-437.
- STYLOW, A. U. (1995) - Apuntes sobre las tribus romanas en Hispania. *Veleia*. Vitoria-Gasteiz. 12, p. 105-123.
- TARPIN, M. (1999) - *Oppida ui capta, uici incensi...* Les mots latins de la ville. *Latomus*. Bruxelles. 58 :2, p. 279-297.
- TEICHNER, F. (1994) - Évora. Vorbericht über die Ausgrabungen an römischen Tempel (1986-1992). Stratigraphische Untersuchungen und Aspekte der Stadtgeschichte. *Madri der Mitteilungen*. Mainz. 35, p. 336-358.
- TEICHNER, F. (1998) - A ocupação do centro da cidade de Évora da época romana à contemporânea: primeiros resultados da intervenção do Instituto Arqueológico Alemão (Lisboa). In DIOGO, J. M.; ABRAÇOS, H. C., eds. - *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo, Tondela (22 a 25 de Março de 1995)*. Tondela: Câmara Municipal, p. 17-31.
- TIR, J-29 = *TABVLA IMPERII ROMANI (Comité Español): Hoja J-29: Lisboa. Sobre la base cartográfica a escala 1:1.000.000 del IGN. Emerita-Scallabis-Pax Iulia-Gades*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas-Ministerio de Obras Públicas, Transportes y Medio Ambiente-Ministerio de Cultura, 1995.
- TOVAR, A. (1976) - *Iberische Landeskunde, II. 2: Lusitanien*. Baden-Baden: Valentin Koerner.
- VITTINGHOFF, F. (1952) - *Römische Kolonisation und Bürgerrechtspolitik unter Caesar und Augustus*. Mainz: Akademie der Wissenschaften und der Literatur; Wiesbaden: Steiner (Akademie der Wissenschaften und der Literatur, Abhandlungen der geistes-und sozialwissenschaftlichen Klasse; Jahrgang 1951, Nr. 14).
- WEINSTOCK, S. (1971) - *Divus Iulius*. Oxford: Clarendon Press.
- WIEGELS, R. (1985) - *Die Tribusinschriften des römischen Hispanien: Ein Katalog*. Berlin: Walter de Gruyter (Madri der Forschungen; 13).
- ZANKER, P. (1988) - *The Power of Images in the Age of Augustus*. Ann Arbor: The University of Michigan Press (Jerome Lectures; 16th ser.).
- ZANZARRI, P. (1997) - *La Concordia romana: politica e ideologia nella monetazione dalla tarda repubblica ai Severi*. Roma: Gangemi Editore.